



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

CONFLITOS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS E REDES POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS: território e ambiente em disputa

Carolina Franco Paixão¹
carolina.geo.otss@gmail.com

Lício Caetano do Rego Monteiro²
liciocaetano@igeo.ufrj.br

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: GT 2: (Geo)Políticas do Meio Ambiente, Gestão de Recursos e Sustentabilidades

RESUMO

Este trabalho se trata do início de uma pesquisa de doutorado em Geografia e busca analisar os conflitos ambientais e territoriais na Baía da Ilha Grande (RJ) a partir da Geografia Política e da Ecologia Política latino-americana, compreendendo-os como expressões de disputas entre interesses territoriais distintos. Parte-se do entendimento de que os conflitos não se limitam a impactos ambientais, mas envolvem embates entre projetos hegemônicos de desenvolvimento e formas comunitárias de organização, uso e significação do território, nas quais a dimensão ambiental é indissociável da territorial. A pesquisa mobiliza conceitos de território, justiça ambiental e conflitos ambientais e territoriais, destacando o papel das comunidades tradicionais como sujeitos políticos que produzem resistências e alternativas de gestão territorial. Busca-se dialogar com as experiências da América Latina e Caribe, evidenciando como redes comunitárias constroem geografias de resistência frente a homogeneização territorial imposta pelo capitalismo.

Palavras-chave: Conflitos ambientais e territoriais; Geografia Política; Território; América Latina e Caribe; Baía da Ilha Grande.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas desde o final do século XX, na América Latina e Caribe têm apresentado novos padrões de conflitividade convidando-nos para reflexões políticas, mas também para a investigação científica. Com o avanço de fronteiras econômicas sobre territórios tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses e pescadores), multiplicam-se conflitos ambientais e territoriais. Esse processo reflete mudanças estruturais na forma como esses conflitos se manifestam na sociedade, com o deslocamento do conflito social para o territorial e a passagem das identidades ancoradas no Estado-nação para níveis mais locais (Monié, 2016, pg. 71).

Os conflitos ambientais e territoriais não são apenas choques de interesses; são também choques de mundos, de modos de vida e de cosmologias distintas que

¹ Doutoranda em Geografia (PPGG/UFRJ), Rio de Janeiro, RJ.

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

disputam a forma de habitar e significar o território. Como afirma Porto-Gonçalves (2013), o conflito é um “lugar epistemológico privilegiado” porque expõe, em ato, as contradições das relações sociais e de poder. Ele torna visível que um mesmo espaço pode ser vivido e apropriado de maneiras profundamente diferentes, e que cada uma dessas maneiras carrega projetos de futuro divergentes.

A Baía da Ilha Grande, situada nos municípios de Paraty e Angra dos Reis (RJ) possui um complexo contexto ambiental e territorial. Historicamente, a região é ocupada por comunidades tradicionais (povos caiçaras, quilombolas e indígenas Guarani Mbya). Desde a década de 1970, a região, com sua vegetação preservada por esses povos, localizada entre os dois grandes maiores centros econômicos do país (Rio de Janeiro e São Paulo), vem apresentando intensas disputas de terras. A abertura da estrada BR-101 nos anos 1970 recortou os territórios de comunidades tradicionais que possuem modos próprios de vida e de manejo da natureza. Neste processo, houve a implantação de grandes empreendimentos, a pressão imobiliária e turística e a implementação de unidades de conservação, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Atualmente, essas comunidades enfrentam também conflitos com outros atores econômicos, como empresários da especulação imobiliária e grandes empreendimentos, como a indústria do petróleo e gás, impulsionada desde 2007 pela exploração do pré-sal. De acordo com Monteiro, Monge, Paixão (2023) esse contexto apresenta o que podemos classificar temporalmente por três diferentes ondas/ momentos históricos de conflitos ambientais e territoriais na região da Baía da Ilha Grande: a colonização europeia, a construção da BR-101 (a partir dos anos 1970) e a exploração do pré-sal, iniciada em 2007, mas intensificada na década seguinte.

O contexto da Baía da Ilha Grande (RJ) de conflito territorial e ambiental entre comunidades tradicionais e grandes empreendimentos se assemelha a outros contextos da América Latina e do Caribe. O objetivo deste trabalho é analisar de que modo os conflitos ambientais e territoriais se interrelacionam a partir de estratégias comunitárias de defesa do território e incidência na gestão ambiental. Como a dimensão ambiental das comunidades tradicionais se articula com a dimensão territorial? Nesse sentido, busca-se mapear as múltiplas territorialidades presentes neste território, identificando como diferentes atores se apropriam e (re)significam seus territórios. Como os conflitos ambientais e territoriais na Baía da Ilha Grande e em outros territórios da América Latina e Caribe revelam disputas entre projetos hegemônicos de desenvolvimento e formas comunitárias de organização e gestão do território? De que maneira as redes políticas e sociais constroem alternativas de poder e de justiça ambiental capazes de afirmar outros modos de vida e de relação com a natureza?

A pesquisa parte da compreensão de que os conflitos revelam tensões e potências: são nesses momentos que emergem práticas coletivas de resistência, solidariedade e organização política das comunidades. Esses grupos se articulam localmente e regionalmente a partir de fóruns, coletivos e associações comunitárias. São movimentos sociais que buscam fortalecer a apropriação e o controle popular sobre o território, através da proposição de modelos de gestão participativa e outras formas de se relacionar com a natureza.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongeo2026](https://www.instagram.com/vcongeo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.vcongeo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como ponto de partida a experiência no Projeto Redes, desenvolvido pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) atuando em sete municípios³ do litoral sul fluminense e norte paulista. Por meio da escuta ativa de educadores populares, lideranças comunitárias e organizações locais, a pesquisa sistematizou um conjunto expressivo de dados sobre conflitos ambientais, com o objetivo de subsidiar estratégias de resistência, de gestão territorial participativa e de educação ambiental crítica (Paixão, 2024).

A pesquisa busca contribuir para o avanço do campo de conhecimento da Geografia Política e da Ecologia Política latino-americana, ao propor uma investigação sobre as formas como comunidades tradicionais latino-americanas vêm se organizando frente ao avanço de processos de acumulação pautadas na expropriação e na desigualdade que avançam sobre esses territórios neste século. Nesse sentido, propõe contribuir com instrumentos teórico-metodológicos que fortaleçam a leitura crítica dos conflitos e possam subsidiar práticas de autogestão territorial baseadas no protagonismo das comunidades tradicionais na luta pela permanência em seus territórios no contexto da América Latina e Caribe.

A metodologia consiste principalmente na pesquisa bibliográfica e de campo sobre conflitos ambientais e territoriais envolvendo comunidades tradicionais na região da Baía da Ilha Grande, e iniciando uma aproximação inicial com o contexto da Península de Yucatán no México. Buscamos realizar a sistematização e análise dos dados a partir de uma revisão dos materiais incluindo relatórios, produtos cartográficos e registros de eventos e encontros, identificando categorias de conflito, localização, agentes envolvidos, violações de direitos e estratégias de resistência.

ANÁLISE DE RESULTADOS

No âmbito nacional, diferentes iniciativas têm buscado mapear esses conflitos a partir de uma perspectiva crítica, como o Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (ENSP/FIOCRUZ), o Mapa de Conflitos por Terra e Água da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e os levantamentos realizados por universidades como UFMG, UFSJ e UMONTE sobre os conflitos ambientais em Minas Gerais. Destaca-se ainda o trabalho do projeto Povos de caracterização territorial das comunidades da Bacia de Santos impactadas pela exploração do pré-sal, executado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) e o histórico de Conflitos no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1964-1985), organizado pela UFRRJ (2015), que demonstra as disputas fundiárias e a violência política como parte da constituição do território sul fluminense, especialmente em relação à presença de comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras e camponesas.

³ Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

A dissertação de Ribeiro (2007) analisa o surgimento e a trajetória do movimento ambiental em Angra dos Reis (RJ), que emergiu nos anos 1980 em reação à instalação das usinas nucleares e da construção da BR-101, articulando-se também à luta pela redemocratização do país. A tese de doutorado de Monge (2019) analisa os conflitos ambientais e territoriais na Península da Juatinga, em Paraty (RJ). O autor demonstra que a indefinição fundiária e a ausência de políticas públicas adequadas produzem vulnerabilidades e processos de desterritorialização, mas também impulsionam formas de resistência e reorganização política. No mesmo sentido, Faro (2021) investiga a trajetória da comunidade caiçara da Praia do Sono (Paraty/RJ), ao analisar experiências como a criação de normas comunitárias e a organização da barreira sanitária durante a pandemia, Faro (2021) demonstra que o comum é uma construção permanente de coletividade, que sustenta a capacidade das comunidades de reinventar suas territorialidades.

No contexto da Baía da Ilha Grande e da América Latina e Caribe, uma série de trabalhos acadêmicos vem evidenciando os conflitos ambientais e territoriais envolvendo comunidades tradicionais e mostrando como as estratégias traçadas por essas comunidades a partir da auto-organização coletiva vem se posicionando contra as violações de direitos produzidas por agentes econômicos e governamentais pautados no colonialismo e na exploração da natureza.

Comunidades indígenas que habitam a Península de Yucatán no México vêm enfrentando uma série de pressões da especulação imobiliária com interesses turísticos no local desde a década de 1970, assim como a Baía da Ilha Grande. A pesquisa de Kieffer e Jouault (2012) demonstra que o Turismo Rural Comunitário (TRC) e o desenvolvimento comunitário por meio de empresas sociais (cooperativas) vem se mostrando uma estratégia de resistência às *privatizações formais e encobertas* dos espaços comunitários, muitas vezes facilitada pelo Estado por meio da expropriação de terras rurais que posteriormente são concedidas à iniciativa privada. A Aliança Peninsular do Turismo Comunitário (APTC) reúne 24 empresas sociais dos estados de Campeche, Yucatán e Quintana Roo na Península de Yucatán que buscam o enriquecimento coletivo e horizontal e a preservação da natureza (KIEFFER; JOUAULT, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mapas críticos revelam uma geografia da injustiça ambiental e da resistência popular. Ao representarem territórios em disputa a partir da ótica das comunidades afetadas, esses instrumentos cartográficos subvertem a lógica do mapeamento hegemônico e abrem espaço para narrativas silenciadas. As pesquisas de Ribeiro (2007), Monge (2019) e Faro (2021) oferecem importantes contribuições para compreender os conflitos ambientais e territoriais na Baía da Ilha Grande (RJ), revelando como diferentes formas de apropriação do espaço expressam projetos contraditórios de sociedade e de relação com a natureza. Em um contexto marcado pela expansão de políticas de conservação ambiental, pela especulação imobiliária e

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.vcongéo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

pela consolidação do turismo de massa, esses estudos demonstram que os territórios tradicionais se tornaram campos de disputa política, nos quais se enfrentam racionalidades estatais, interesses de mercado e práticas comunitárias de uso e gestão do território.

Como continuação dessa pesquisa para momentos futuros, busca-se uma análise comparativa entre o contexto de organização comunitária das comunidades caiçaras da Baía da Ilha Grande e as comunidades de outros contextos da América Latina como o norte da Colômbia caribenha e a Península de Yucatán no México. Esses contextos territoriais demonstram a coexistência conflituosa entre comunidades tradicionais, empreendimentos turísticos e proteção ambiental. Ao ampliar o olhar para experiências de outros países da América Latina e Caribe, pretende-se compreender como esses diferentes contextos territoriais podem enfrentar desafios semelhantes diante do avanço de megaprojetos e políticas de desenvolvimento. Essa comparação permitirá identificar padrões e singularidades nas estratégias de resistência e autogestão, bem como analisar como as redes políticas entre comunidades, universidades e movimentos transnacionais têm contribuído para a construção de alternativas territoriais que desafiam o modelo hegemônico de progresso e constroem novos horizontes de autonomia comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PÚBLICA. Mapa dos Conflitos. Disponível em: <https://mapadosconflitos.apublica.org/mapa>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FARO, A. R. *Organização comunitária e produção do comum: potências e contradições na comunidade caiçara da Praia do Sono (Paraty/RJ)*. 2021. 244 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FEITOSA, A. e SILVA, I.. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo et. al. *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946- 1988)* [Relatório Final]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

GUTIÉRREZ, R. B. G.; BERROCAL, R. G. *Territorios en conflicto en el Caribe colombiano y sus bordes 1980 – 2017*. Universidad de Córdoba, Montería, Colômbia, 2018.

KIEFFER, M.; JOUAULT, S. El turismo rural comunitario en la península de Yucatán: Un análisis desde un enfoque alternativo del desarrollo. *Trace* 87, 2025.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em: 18 ago. 2025

MONTEIRO, Lício; MONGE, Ricardo; PAIXÃO, Carolina. Conflitos Ambientais e Territoriais na Baía da Ilha Grande e no Litoral Norte Paulista: A Pesquisa no Projeto Redes. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território - CONGEO*. São Paulo (SP) USP, nov. 2023.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

MONGE, R. P. M. *A disputa de territorialidades na Península da Juatinga Município de Paraty/RJ*. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MONIÉ, F. Análise geopolítica dos conflitos territoriais na área de influência do complexo portuário e industrial do Açú – São João da Barra, *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense* (9), 2017.

PAIXÃO, C.F. *A Educação ambiental a serviço dos povos e comunidades tradicionais: conflitos territoriais e ambientais em Angra dos Reis/RJ*. 2024. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

PLATAFORMA POVOS. Plataforma de Mapas do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). Disponível em: <https://plataformapovos.org/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C.W.; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013). Expropriação, Violência e R-Existência. In: P. C. L. Flores; L. G. Guerreiro (org.) *Pueblos originarios em lucha por las Autonomías*. Buenos Aires: CLACSO, 2013

RIBEIRO, J. R. *Meio ambiente, desenvolvimento e democracia: SAPÊ, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis*. 2007. 354 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongéo-638599/